

PATRIMÔNIOS DOCUMENTAIS TRAUMÁTICOS E OS MOVIMENTOS POR MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA: o Fundo Clamor – (Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul).

Heloisa de Faria Cruz
cruzelo@uol.com.br

Resumo

Reconhecendo a importância pública de acervos documentais relativos a denúncia de violação de direitos humanos no decorrer das ditaduras em nosso país e no continente, o CEDIC- Centro de Documentação da PUCSP tem investido fortemente no trabalho arquivístico de organização e divulgação da documentação sobre a atuação de diferentes entidades de resistência e de defesa dos direitos humanos. Este texto objetiva expor o trabalho do CEDIC- Centro de Documentação da Pontifícia Universidade de São Paulo relativo à documentação do Fundo CLAMOR do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul e as reflexões advindas dos desafios de lidar com seu tratamento e organização frente à necessidade crescente de sua preservação e difusão digital.

Palavras-chave: Fundo Clamor, CEDIC, Arquivos de Direitos Humanos, Ditaduras, Cone Sul

As demandas das últimas décadas pela preservação e difusão de acervos documentais relativos às memórias traumáticas relacionam-se ao cenário crescente das lutas envolvendo memórias públicas e expõe a face de violência extrema do século XX. Após a II Guerra Mundial e o Holocausto, em diferentes cantos do planeta, cresceram as reivindicações de acerto de contas com passados recentes de situações que envolveram processos violentos de extermínio, exclusão e repressão política a grupos e populações diversas.

As informações da Anistia Internacional apontam o crescimento das lutas contra a impunidade e pela revisão das histórias sobre períodos de violência e de arbítrio vividos por diferentes povos na segunda metade do século XX. E, nas últimas décadas as lutas por memória e justiça se espalham não só na Europa Ocidental, mas também nos países do Leste Europeu, principalmente após a queda do Muro de Berlim; na Ásia e na África, onde se sobressaem iniciativas oficiais e civis sobre processos violentos de genocídio e desaparecimento de pessoas ou relativos a processos de violação advindos de guerras civis. Mais próximos de nossa situação, estão os processos em vários países da América Latina que, desde o início da década de 1980, colocam em causa as experiências de ditaduras recentes no continente.

Na maioria dos casos, os debates e a aprovação de políticas públicas sobre momentos de repressão e violência política articulam-se às lutas pela democratização, dando base aos processos de implantação da justiça de transição e as lutas por memória, verdade e justiça. Na conformação da noção de justiça de transição, junto com os objetivos de responsabilização de agentes violadores e reconhecimento das obrigações de reparação dos danos cometidos, destaca-se o desígnio de incluir a visão das vítimas nas narrativas históricas sobre os passados postos em causa. Nesse processo, muitos países têm assumido como tarefa e dever de Estado a recuperação, a preservação e a publicização da documentação sobre os períodos de violência institucionalizada. E, nas décadas recentes identificam-se movimentos de grande vitalidade na área, os quais se articularam a importantes lutas políticas contra o arbítrio e a impunidade e pelo direito à verdade e à memória.

Em nosso continente, já primeira década deste século, vários países organizaram instituições voltadas para a preservação do patrimônio documental traumático como são os casos do Archivo Histórico de la Policía Nacional da Guatemala, do Museo de la Memoria Uruguaio, do Museo Memorial de la Resistência Dominicana, do Museo de las Memórias: Dictaduras e Derechos Humanos do Paraguai, do Museo de la Memoria e Derechos Humanos do Chile, entre outras.

No plano internacional, o debate também ressoa de forma significativa entre os arquivistas, nas instituições arquivísticas e de memória e nas políticas de preservação e patrimonialização documental. Momento importante desse processo foi a elaboração, em 1995, pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA), em conjunto com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), de um informe sobre os arquivos criados pelos órgãos de segurança de regimes repressivos”.

Tal informe, discutido em 2003, na Conferência Internacional do Conselho, realizada na África do Sul, e que se dedicou ao tema “Arquivos e Direitos Humanos”, foi ampliado e republicado em 2009. No prólogo da publicação, Ramon Alberch i Fugueras avaliou o impacto do debate na área. Segundo Fugueras,

Há apenas alguns anos, estabelecer uma relação, mesmo que apenas conceitual, entre arquivos e direitos humanos teria gerado perplexidade, na medida em que pareceriam duas matérias de âmbitos muito distanciados e sem qualquer possibilidade de encontro. Atualmente, uma consulta no Google relacionando ambos os conceitos facilmente excede três milhões de referências, um exemplo claro de uma grande mudança e uma intensidade extraordinária.

(FUGUERAS 2009, p. 17, tradução livre)

O referido informe do ICA, em suas mais de 340 páginas, contém recomendações de políticas públicas que assegurem a preservação e a ampla disponibilização pública dos acervos e orientações sobre procedimentos para o tratamento de tais conjuntos documentais. Como aponta Antonio González Quintana, coordenador do projeto, no encontro e em suas resoluções:

A comunidade arquivística internacional ecoou as preocupações expressas pelos coletivos de defesa de direitos humanos em relação à sobrevivência de tais documentos, essenciais para a responsabilização, para garantir possíveis reparações, para reconstruir a história social ou para assegurar a perpetuação da memória colectiva; bem como questões éticas e profissionais implícitas na custódia e tratamento de tais fundos. (QUINTANA, 2009, p. 29, tradução livre).

Atualizando o diálogo de arquivistas com defensores dos direitos humanos, o informe amplia o leque de conjuntos documentais abrangidos, estendendo o projeto para também lidar com arquivos das organizações de vítimas, de partidos e sindicatos, de organismos de defesa de direitos humanos, de coletivo de juristas e advogados, e de outras organizações civis, assim como com arquivos resultantes do trabalho de organismos oficiais criados para apuração dos crimes ou implementação de procedimentos da Justiça de Transição, tais como Comissões de Inquérito, Comissões de Anistia e Comissões da Verdade e similares. Aqui, se assume a tipologia atualmente usada por profissionais da área ao lidar com arquivos relacionados com direitos humanos, e que foi resumida por Jelin (2002, p.6) na seguinte classificação: arquivos das instituições repressivas; arquivos dos organismos de investigação sobre o passado, como os das Comissões da Verdade; e arquivos das próprias associações de defesa dos direitos humanos e de movimentos de resistência às ditaduras e regimes repressivos.

Marco das políticas de preservação de arquivos de direitos humanos, e para a área da arquivística como um todo, o informe já incorpora, em suas orientações aos profissionais da área, o reconhecimento do Direito à Memória como direito coletivo, indicando que as responsabilidades das instituições arquivísticas e dos profissionais de arquivo devem se submeter a compromissos éticos e democráticos com os indivíduos e com a sociedade em geral, e não com o Estado, como muitas vezes compreendido em situações de exceção e autoritarismo.

Vale notar que as preocupações com a preservação de arquivos relativos à defesa dos direitos humanos, assim como com a institucionalização de procedimentos e práticas para a preservação e a difusão desses conjuntos documentais, também impactam os processos e as políticas de patrimonialização documental. Primos pobres dos bens

edificados, articulados às discussões sobre Direito à Memória e sobre a democratização dos suportes de memória, os conjuntos documentais também passam a ser assumidos mais frequentemente como patrimônio histórico e cultural. Indicação desde deslocamento encontra-se na resolução final da Conferência das Instituições Detentoras de Acervos de Direitos Humanos no Registro Internacional do Programa Memória do Mundo da UNESCO, realizada em Gwangju, na República da Coreia, em maio de 2013 e que recomenda a preservação, promoção, utilização, aquisição e registro de acervos de direitos humanos, dando uma nova visibilidade à questão dos acervos de direitos humanos¹.

Para a reflexão aqui proposta, cumpre destacar que, em vários momentos, essas lutas tiveram/têm como dimensão importante a organização de suportes de memória produzidos no período ditatorial, dando origem ao desenvolvimento de inúmeros projetos e à organização de instituições diversas voltadas para a ação, pesquisa e reflexão sobre patrimônios documentais traumáticos. Tais processos estão na origem do desenvolvimento de inúmeros projetos de instituições diversas voltados para a ação, à pesquisa e a reflexão sobre a história e a memória desses períodos, bem como para a preservação e a patrimonialização da documentação referente a essas situações históricas. Também destaque-se a formação de grupos da sociedade civil voltados para o trabalho com a memória coletiva, assim como para a criação de instituições arquivísticas, centros de documentação e memória e redes de memória que se voltam para a recuperação, organização e disponibilização pública dos documentos sobre a violência e o desrespeito aos direitos humanos nas situações investigadas.

No Brasil, este é um movimento que ganha força a partir dos anos 2000, sendo que parte importante das iniciativas de preservação deste patrimônio documental, principalmente aqueles relativos às vítimas e aos movimentos de resistência a ditadura, coube aos centros de documentação universitários.

Este texto objetiva expor o trabalho do CEDIC- Centro de Documentação da Pontifícia Universidade de São Paulo relativo à documentação do Fundo CLAMOR do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul e as reflexões advindas dos desafios de lidar com seu tratamento e organização frente à necessidade crescente de sua preservação e difusão digital

O Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) foi criado em 1980, como centro de documentação comprometido com a preservação do patrimônio documental e

dimensões da memória de movimentos sociais até então pouco visíveis ou silenciadas e articula-se a uma proposta de diálogo da universidade com as questões relativas às lutas pela democratização da sociedade brasileira. Firmando-se como espaço de resistência ao autoritarismo do regime então vigente, no início dos anos 1980, a PUC-SP vivenciaria um período profícuo na construção de seus caminhos enquanto instituição universitária comunitária, aliando projetos de promoção da qualidade acadêmica ao diálogo com as questões sociais e políticas mais urgentes da sociedade brasileira. A criação e estruturação do CEDIC como centro de documentação da PUC-SP, voltado para a pesquisa, a preservação do patrimônio documental e a democratização da memória articula-se as perspectivas de reestruturação das universidades brasileiras. E aqui, importa indicar que desde então a PUC-SP, através do CEDIC, incorporou ao seu patrimônio acervos de grande importância dos movimentos sociais e de resistência e dos movimentos de defesa dos direitos humanos atuantes no país e no continente.

Assim, o acolhimento inicial e a incorporação do Fundo Clamor do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul ao acervo do CEDIC deveu-se não só as ligações do Comitê com movimentos católicos e cristãos de São Paulo, ou a sua afinidade temática com outros fundos e coleções que o compõem nosso acervo, como também à sua relevância como referência das articulações de grupos e entidades brasileiras na luta contra as ditaduras de segurança nacional no continente e pela defesa dos direitos humanos na América Latina e em outros continentes. Desde então, consciente de sua importância para a História recente, não só do Brasil, mas de outros países da América do Sul, o CEDIC tem investido fortemente em ações visando o tratamento e a divulgação dessa documentação.

O comitê Clamor foi uma entidade que atuou com sede em São Paulo, entre os anos de 1978 e 1991 e foi criado por um grupo de leigos cristãos preocupados em proporcionar proteção e assistência aos refugiados políticos dos países do Cone Sul, vítimas de violações dos direitos humanos e vivendo no exílio em consequência das arbitrariedades do autoritarismo vigente naqueles países. Fruto da iniciativa de militantes dos movimentos de defesa dos direitos humanos no Brasil, com o apoio de Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo de São Paulo, da CNBB e da recém-formada Coordenadoria Ecumênica de Serviços – CESE, o Clamor foi criado e atuou como entidade vinculada à Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo.

Naqueles anos, articulando-se à ação de algumas outras instituições congêneres

na América Latina, o Clamor teve atuação destacada não só na proteção e assistência a refugiados, que chegavam ao Brasil em situações desesperadoras, como na informação e denúncia internacional sobre os crimes contra os direitos humanos cometidos por essas ditaduras. A importância da entidade na época pode ser medida pelo fato de que foi uma das primeiras organizações a denunciar a existência de campos de detenção clandestinos na Argentina e a alertar para a cooperação entre forças de segurança dos países da região no sequestro, na tortura e no desaparecimento de pessoas, mais tarde conhecida como Operação Condor; e foi também a primeira a descobrir o paradeiro de algumas das crianças sequestradas e desaparecidas na Argentina.

Como indica Jan Rocha, uma de suas fundadoras, com o fechamento do Clamor, em 1991, a documentação da entidade permaneceu por dois anos em caixas fechadas que passaram por vários espaços e condições pouco adequadas para sua preservação, (ROCHA, 2018 p.355). Em 1993, CEDIC recebeu a primeira parte do arquivo que se encontrava “guardado” no Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular – CESEP. A segunda parte da documentação que completou o Fundo só chegou ao nosso centro em 1999².

O interesse do CEDIC pela custódia e difusão do Fundo Clamor foi imediato e justificava-se plenamente pelo perfil do acervo do centro bem como pelas perspectivas teórico-políticas que orientam nosso trabalho de documentação e memória.

Aqui vale inicialmente salientar que a documentação organizada neste fundo é extremamente significativa para o estudo do período e contém inúmeros registros sobre dimensões fundamentais das lutas contra o terrorismo de Estado imposto por regimes ditatoriais nos países do Cone Sul bem como registros de lutas e ações em defesa dos direitos de presos e exilados políticos. O fundo é composto por uma grande diversidade de espécies documentais tais como agendas, boletins internos, cartazes, comunicados à imprensa, correspondência, depoimentos de refugiados e de parentes e amigos de desaparecidos e de presos políticos, dossiês de crianças desaparecidas, fichas de desaparecidos e de torturadores argentinos, fotografias de desaparecidos, informes, livros, publicações periódicas e relatórios de atividades. O acervo contém ainda milhares de cartas e documentos referentes ao período de 1978 a 1990, enviados por familiares e por membros de organizações de direitos humanos, sindicatos e igrejas dos países do Cone Sul, assim como correspondência e informes de agências das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos (OEA) e de embaixadas estrangeiras e entidades

não governamentais de vários países de fora da América Latina, e todas as publicações trazidas a público e recebidas pelo Comitê. Há, também, depoimentos de sobreviventes dos campos de detenção e de ex-presos e de militares que abandonaram as Forças Armadas de seus respectivos países para denunciar os abusos que testemunharam; calendários sobre crianças desaparecidas; cópias de telegramas enviados às autoridades de vários países e da correspondência interna; e relatórios das viagens realizadas por membros do grupo. Destaque-se que por sua importância como patrimônio documental, importante arquivo de direitos humanos, o Fundo Clamor é hoje um dentre os dez conjuntos documentais brasileiros que detém o Registro Internacional do Programa Memória do Mundo da UNESCO.

Desde o recebimento inicial da documentação, foram desenvolvidas várias ações objetivando o tratamento, a organização, a complementação e a preservação do acervo do CLAMOR. Já na segunda metade da década de 1990, toda a documentação recebida, já higienizada e melhor acondicionada, após uma primeira identificação e inclusão no Guia da Central de Documentação e Informação Científica, publicado em 1995, foi aberta à consulta pública³. Aqui importa indicar que o CEDIC, tem também investido na localização e na preservação de documentação complementar ao Fundo. Caracterizando-se como uma entidade de caráter quase informal, que tinha como ponto forte a atuação de militantes, o CLAMOR não possuía um arquivo centralizado, e parte da documentação ainda pode ser encontrada com seus antigos integrantes.

Entre 2011 e 2012, com o apoio do programa de *Ayuda para el Desarrollo de Archivos Iberoamericanos* (ADAI), do Ministério de Cultura da Espanha, desenvolveu-se o projeto “Higienização e Reacondicionamento dos Fundos e Coleções sobre Direitos Humanos no Brasil e na América Latina pertencentes ao acervo do CEDIC/PUC-SP”, que possibilitou melhor tratamento e acondicionamento de toda a documentação do Clamor.

Não obstante, as ações iniciais de divulgação sobre o comitê e sua documentação levaram a um significativo aumento das consultas ao Fundo Clamor. Na última década o fundo foi consultado por um público bastante diversificado, destacando-se advogados, representantes legais ou familiares de presos políticos e/ou desaparecidos de países vizinhos, além de pesquisadores, nacionais e estrangeiros, de diferentes áreas acadêmicas, bem como a Igreja Católica e os representantes do governo de países do Cone Sul.

Assim, frente não só à importância do arquivo do Clamor, mas também à necessidade de aumentar a sua disponibilização à ampla consulta pública, é que se desenvolveu um novo projeto de complementação, tratamento e disponibilização em meio eletrônico dos documentos integrantes do Fundo.

O projeto CLAMOR: Documentação e Memória de um Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul, financiado pela FAPESP – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo, iniciado no último semestre de 2012, desenvolveu-se por meio de ações que visavam à preservação, complementação, organização e disponibilização digital do acervo⁴. Em uma dimensão complementar, também propôs a pesquisa sobre o contexto histórico de atuação do Comitê e suas articulações com outras entidades de defesa dos direitos humanos.

No interior deste projeto investiu-se fortemente no tratamento da documentação que compõe o Fundo, compreendendo as seguintes etapas: organização física, descrição (complementação do Inventário do Fundo), digitalização de documentos e organização do acervo virtual do Fundo Clamor. Nesta dimensão do projeto foi possível rever a organização física e a descrição dos documentos, revisar e atualizar o Inventário do Fundo, bem como realizar ações de formatação e descrição dos documentos em formato eletrônico. Atualmente, com exceção das publicações periódicas e não periódicas, toda a documentação do Fundo encontra-se digitalizada e a disponibilização pública tanto do inventário como das principais séries da documentação apresenta-se como principal desafio em relação à disponibilização final desta documentação.

No mesmo projeto, outras as ações voltaram-se para a realização de atividades de complementação do Fundo atenta tanto à localização e incorporação de novos documentos ao conjunto documental existente como à produção de referências de contexto sobre o histórico de atuação do Comitê. A pesquisa de contextualização da documentação, envolvendo o histórico de criação, organização e atuação do Clamor, desenvolveu-se via levantamento e sistematização de informações sobre a atuação do Comitê na bibliografia específica e correlata, na pesquisa junto à documentação do próprio Fundo e na realização de depoimentos orais com ex-integrantes, pessoas que foram ajudadas pela entidade e membros de outras entidades congêneres.

Saliente-se aqui a realização de entrevistas e coleta de depoimentos com membros do Clamor, e com colaboradores e refugiados que contaram com a ajuda do Comitê e com membros de entidades de direitos humanos com as quais o grupo mantinha relação estreita e que resultaram na composição de uma inédita e importante Coleção de

Depoimentos sobre o Comitê e sua atuação. Ainda como atividade do projeto destaca-se realização na PUC-SP, em 2014, de Seminário sobre o Comitê, o Fundo e sua importância para pesquisa em Direitos Humanos na América Latina. Realizado com êxito, o evento logrou reunir membros fundadores e participantes do Clamor, pesquisadores e estudiosos da atuação do Comitê e das questões relativas à documentação referente às lutas de resistência às ditaduras e de defesa dos direitos humanos no Cone Sul, atualizando os sentidos e as perspectivas históricas dessas lutas na atualidade⁵. Outro fruto recente e importante deste trabalho, que contou com apoio do projeto, resultou no livro **Solidariedade não tem Fronteiras** sobre a criação e atuação do comitê, de autoria da jornalista Jan Rocha, lançado em 2018.

Entendendo que o reconhecimento de qualquer acervo como patrimônio documental o singulariza, lançando luz sobre a sua importância como herança histórica e cultural, potencializando ações de preservação, promoção do acesso e divulgação pública, buscou-se fóruns de patrimonialização documental que dessem ao Fundo Clamor a visibilidade pública compatível com sua relevância como referência memorial tanto na rede nacional de Memórias Reveladas como no Programa Memória do Mundo, criado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Nesse percurso, logrou-se obter, em 2007 e 2012, respectivamente, a nomeação do Fundo como patrimônio documental do Brasil e da América Latina e Caribe. Mais recentemente, em 2015, em aprovação a proposta do CEDIC, apoiada pelo Archivo General de la Nación do Uruguai, o Fundo Clamor logrou obter o registro Internacional do Programa e é hoje um dentre os dez conjuntos documentais brasileiros a deter o registro internacional de Memória do Mundo.

Para além das ações de patrimonialização, cabe indicar que nestes últimos anos seja através de comunicações científicas, participação em encontros e seminários da área, produção de artigos e livros científicos, o CEDIC buscou divulgar para a comunidade acadêmica e para o público em geral a existência e importância desta documentação.

Afortunadamente, tais ações, combinadas com a repercussão trazida pelas nomeações no Programa Memória do Mundo e a disponibilização de informações sobre o Fundo no Portal Memórias Reveladas fizeram com que o interesse por esse arquivo crescesse, refletindo diretamente no incremento de consultas ao acervo, aumentando as solicitações de cópias de documentos e na produção de estudos sobre a atuação do comitê.

Mais recentemente, também como atividade complementar, logrou-se organizar a coletânea **Clamor e as Ditaduras do Cone Sul**: documentação, memória e pesquisa, recém-lançada pela EDUC – Editora da PUCSP, em coedição com a Associação de Arquivistas de São Paulo, composta por textos sobre o próprio acervo e sua organização bem como sobre temas relevantes por ele suscitados reunindo reflexões de pesquisadores da PUC-SP e de diversas outras universidades que se debruçaram sobre o acervo. (ANDRADE;CRUZ,2021).

Ao final resta indicar, que esta publicação, assim como as diversas ações de preservação e disponibilização pública do Fundo Clamor desenvolvida pelo CEDIC objetivam, antes de tudo, mobilizar a pesquisa e a discussão sobre os temas propostos por este importante conjunto documental, incentivando estudos e discussões sobre práticas, espaços e redes de resistência e solidariedade às ditaduras do Cone Sul.

Inserindo-se em circuitos de preservação documental mais ampla, que, em tempos recentes, buscam aproximar a preservação do patrimônio documental das experiências de grupos sociais diversos e da questão da cidadania e das lutas democráticas, as ações do CEDIC buscam contribuir na atuação não só de pesquisadores e redes de pesquisa voltados para o estudos de temas voltados para a afirmação de direitos e a defesa dos direitos humanos como também grupos da sociedade civil e cidadãos em geral que têm como horizonte a afirmação do direito à memória em nossa sociedade.

No atual cenário de avanço de perspectivas conservadoras e negacionistas que alimentam a hostilidade em relação a uma cultura política fundamentada na defesa dos direitos humanos em nosso país, o diálogo prospectivo com as referências trazidas por esta documentação torna-se novamente imprescindível e urgente.

Referências

ANDRADE, Ana Célia Navarro. *Descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul - CLAMOR*. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ANDRADE, Ana Célia Navarro ; CRUZ, Heloisa de Faria (org). *Clamor e Ditaduras do Cone Sul: documentação, memória e pesquisa*. São Paulo: EDUC/Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2021.

CRUZ, Heloisa de Faria. *Preservação e patrimonialização do acervo do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos CLAMOR–1978-1990*. **Revista Memória em Rede**, v. 7,

n. 12, p. 19-32.

FUGUERAS, Ramon Alberch. Prólogo. In: QUINTANA, Antonio González. *Políticas archivísticas para la defensa de los derechos humanos: actualización y ampliación del informe elaborado para UNESCO y Consejo Internacional de Archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regímenes represivos*. Santiago de Compostela: Red de Archivos Históricos de Comisiones Obreras, 2009.

JELIN, Elizabeth (Coord.). *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo XXI, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Declaração de Gwangju*. Gwangju, 2013. Disponível em: <https://mowlac.files.wordpress.com/2013/07/declarac3a7c3a3o-de-gwangju_2013_br.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

QUINTANA, Antonio González. *Políticas archivísticas para la defensa de los derechos humanos: actualización y ampliación del informe elaborado para UNESCO y Consejo Internacional de Archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regímenes represivos*. Santiago de Compostela: Red de Archivos Históricos de Comisiones Obreras, 2009.

ROCHA, Jan. *Solidariedade não tem fronteiras*. São Paulo: Outras Expressões, 2018.

¹. A íntegra da Declaração de Gwangju encontra-se disponível em: <https://mowlac.files.wordpress.com/2013/07/declarac3a7c3a3o-de-gwangju_2013_br.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.

². Para as informações sobre a história da transferência do Fundo para o CEDIC consultar Andrade (2000).

³. Já naquele momento, o trabalho de identificação preliminar desse material despertou o interesse da historiógrafa Ana Célia Navarro de Andrade, então integrante da equipe técnica do CEDIC, que, em 2000, finalizou a organização do inventário do Fundo, apresentando-o em sua dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) (ANDRADE, 2000). Ver também CRUZ, Heloisa de Faria Preservação e patrimonialização do acervo do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos CLAMOR–1978-1990. *Revista Memória em Rede*, v. 7, n. 12, p. 19-32.

⁴. O projeto contou com a contribuição especial da jornalista Jan Rocha, da equipe do Clamor, e foi desenvolvido pela equipe do CEDIC: Coordenação Geral: Heloisa de Faria Cruz: Coordenação executiva: Ana Célia Navarro de Andrade e das bolsistas FAPESP/Treinamento Técnico Adriane Zerillo Natacci e Camila Yuriko Maturuoto. Indique-se também que no decorrer destes anos atuaram como estagiários do CEDIC no tratamento e organização do acervo os seguintes pesquisadores: Air Ferreira do Nascimento, Ana Luiza Massaine Moulatlet, Bruna Attina, Caio Henrique Marcon Ventura, Cíntia Brogni Oliveira, Diego Henrique de Souza Santos, Fabiana Franco Barbosa Oda, Gabriela Sacche Salles, Gustavo Kalil Cadaval, Jimmy Augusto Moreira Pitondo, Julia Saretta Rocha Beleza, Matheus Aporta de Araújo, Taís Silva Abrão, Tássia Vargas Escobar Azevedo, Vítor Prado Gonçalves.

⁵. Indique-se que no decorrer da realização do seminário foi possível contar com a participação de vários dos membros fundadores do Comitê, a saber: Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh, jornalista Jan Rocha, Dra. Michael Mary Nolan, Maria Auxiliadora Arantes e Cida Horta. Indique-se também que o Seminário

recebeu correspondência sobre o Clamor de pessoas do Chile e da Argentina que na época foram ajudados pelo Comitê: Patricia Lorca (Santiago/CHILE) e Maria Isabel Chorobik de Mariani, mais conhecida como Chicha, 1ª presidente do grupo *Abuelas de Plaza de Mayo* (Buenos Aires/Argentina), atualmente presidente da *Fundación Anahí*.